

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8	72
ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922018	
CAPÍTULO 9	83
CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
<i>Renner Coelho Messias Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922019	
CAPÍTULO 10	94
CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL	
<i>Wellington Júnior Jorge</i> <i>Izaque Pereira de Souza</i> <i>Aline Evelin Fabrício Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220110	
CAPÍTULO 11	105
DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS	
<i>Francisco Mesquita de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220111	
CAPÍTULO 12	117
GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA	
<i>Daniel Neto Francisco</i> <i>Carlos Alberto Sarmento do Nascimento</i> <i>Lucimar Ferraz de Andrade Macedo</i> <i>Lamounier Erthal Villela</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220112	
CAPÍTULO 13	130
JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLITICAS PUBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?	
<i>Evânia Maria Oliveira Severiano</i> <i>Maria Luiza Fernandes Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220113	
CAPÍTULO 14	141
LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	
<i>Fabrício Brito do Amaral</i> <i>Maria Fernanda Brito do Amara</i> <i>Deusiney Robson de Araujo Farias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220114	

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA” <i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i> <i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA <i>Sintia Luz</i> <i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS <i>Micheline Ramos de Oliveira</i> <i>Eduardo Guerini</i> <i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL <i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS <i>Aline Cunha da Fonseca</i> <i>Cristine Jaques Ribeiro</i> <i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i> <i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS <i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i> <i>Igor de Souza Soares</i> <i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i> <i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA <i>Carina de Santana Alves</i> <i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i>	
<i>Odemir Vieira Baeta</i>	
<i>Theressa Cristina Marques Aquino</i>	
<i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i>	
<i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i>	
<i>Rosimeri Salotto Rocha</i>	
<i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Fabício Brito do Amaral

Universidade Estadual do Piauí – Teresina – PI

Maria Fernanda Brito do Amara

Universidade Federal do Piauí – Teresina - PI

Deusiney Robson de Araujo Farias

Uninove – São Paulo - SP

RESUMO: Este artigo é fruto de uma pesquisa teórica sobre Lutas sociais e políticas públicas, discorrendo sobre a importância dos órgãos de comunicação como parceiros na formulação e divulgação de políticas públicas de proteção social. : o uso da mídia falada escrita e televisiva e sua influência na formulação e divulgação de políticas públicas, analisando se os sujeitos interessados na elaboração de políticas públicas usam os órgãos de comunicação como instrumentos de apoio na formulação e divulgação de políticas públicas de proteção social.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Políticas públicas. Proteção social. Mídia.

ABSTRACT: This article is the result of a theoretical research on social fights in the fight for public policies for social protection: the use of spoken media and television and its influence in the formulation and dissemination of public policies, analyzing whether the individuals interested in public policy development use the

mass media as tools to support the formulation and dissemination of public policies for social protection.

KEYWORDS: Social movements. Public policy. Social protection. Media.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com uma desigualdade social bastante acentuada, onde a gestão dos recursos públicos nem sempre atinge o objetivo que é o bem comum da sociedade. O papel do Estado deve ser a concretização dos direitos humanos fundamentais, mas isso nem sempre acontece. Os interesses individuais dos detentores do poder muitas vezes prevalecem sobre os direitos da coletividade.

A história da miséria, no cenário brasileiro, não é recente, vêm dos primórdios da formação da nação, tendo os brasileiros, passado por vários estágios de sofrimento, desigualdades e completo desrespeito à cidadania. Aliás, cidadania é um termo que sequer existia verdadeiramente e que somente passou a ser garantido, pelo menos teoricamente, com a Constituição Federal de 1988, considerada “cidadã e compromissária” por ter consagrado, com super-rigidez, os direitos e garantias fundamentais do cidadão.

Esta super-rigidez na garantia dos direitos fundamentais é fruto das lutas dos movimentos sociais e da vontade dos legisladores constituintes que estavam preocupados em garantir um Estado Democrático de Direito a todos os cidadãos brasileiros que já haviam passado por períodos de extremo desrespeito à democracia e aos direitos fundamentais.

Antes da independência passamos por períodos de submissão à Corte portuguesa, espanhola (Tratado de Tordesilhas), ingerências de outros países que vinham invadir, explorar e usurpar as nossas riquezas. Com a Nação já “independente” tivemos períodos “quase” democráticos e períodos autoritários como ditadura Vargas e, por último, a ditadura militar com o banimento quase total da democracia, através dos famosos Atos Institucionais.

Como somos bravos, fomos à luta. Com a ajuda da mídia falada, escrita e televisiva nos manifestamos, nos organizamos, formando pequenos movimentos revolucionários que, com o apoio dos órgãos de comunicação tomaram proporções assustadoras para os inimigos da democracia (movimento dos caras-pintadas”, “diretas já”, entre outros). Tudo isso para conseguirmos resgatar os nossos direitos, a nossa cidadania, consubstanciados com a atual Carta Magna que nos garante, legalmente, um Estado Democrático de Direito.

Todavia temos um imenso aparato de leis infraconstitucionais que necessitam efetivamente serem postas em prática para termos um país melhor, mais igual socialmente e, com oportunidades de emprego, renda, saúde, educação, segurança, em suma, todos os direitos sociais que já nos são garantidos legalmente. Para isto, temos que batalhar, cobrando do Estado, eficiência, eficácia e efetividade no gerenciamento do país e de seus administrados, cobrando políticas públicas em todas as áreas, desde as políticas de reforma agrária, educação, saúde, geração de emprego e renda, até as políticas sociais de combate à fome e à miséria.

Esta cobrança é de responsabilidade de todos os atores sociais, de todos os sujeitos que podem influenciar na elaboração de políticas públicas. Entre estes sujeitos observamos, na literatura existente, que os órgãos de comunicação com suas novas tecnologias de informação e comunicação, embora não atuem diretamente, são importantes na formação de opiniões e têm capacidade para mobilizar a ação de outros atores, para chamar a atenção da população para os diferentes problemas que afligem a sociedade.

Assim, este artigo tem como objetivo geral discutir sobre o uso das tecnologias de comunicação e sua influência na formulação e divulgação de políticas públicas. Especificamente, sintetiza o pensamento de vários estudiosos do assunto, com experiência prática na área, sobre a necessidade de participação de todos os segmentos da sociedade e dos poderes constituídos para a elaboração de políticas públicas de proteção social, que venham minorar as necessidades dos menos favorecidos como forma de fazer justiça social.

O tema é relevante pelo fato de chamar a atenção de tantos quantos o lerem,

principalmente dos sujeitos das políticas públicas, de que os instrumentos midiáticos são potenciais aliados na formulação e divulgação dessas políticas, podendo contribuir, principalmente, na formulação de políticas públicas de caráter social de combate à fome e à miséria.

2 | O USO DOS INSTRUMENTOS MIDIÁTICOS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

Processos midiáticos são “conjuntos de práticas comunicacionais pertencentes ao campo das mídias, que operam segundo diferentes linguagens e por meio de diferentes dispositivos”, (GOMES, 2004, p. 17).

No nosso estudo entendemos como toda e qualquer ação realizada no espaço social através de dispositivos midiáticos como rádios, jornais e televisão que oportunize aos indivíduos emitirem suas opiniões acerca de determinados assuntos, podendo assim contribuir com o desenvolvimento econômico, social, cultural e político no exercício da cidadania.

Os meios de comunicação se constituem por si só, no quarto poder, porque transmitem mensagens que, em segundos, chegam a toda a população em nível nacional e internacional. Todavia, ainda é instrumento de poucos, uma vez que, a maioria dos meios de comunicação, está centralizada nas mãos de uma minoria.

Quando analisamos o contexto da mídia brasileira identificamos um conjunto de instituições que, articuladas, monopolizam a maioria dos meios de comunicação causando sérios prejuízos à democratização da comunicação no Brasil.

O Estado tem agido como um simples agente de concessões que só beneficia a mídia privada. Os grupos políticos, empresariais e religiosos, procuram ampliar as suas bancadas no Congresso Nacional para fazerem lobby e conseguirem novos canais de rádio e televisão a fim de que possam ampliar, respectivamente, o seu poderio político, venderem seus produtos e suas ideias e ampliar o número de fiéis.

Assim, é importante que observemos as relações econômicas, culturais, sociais e políticas que permeiam a comunicação brasileira a fim de que possamos contribuir para chamando a atenção das autoridades constituídas e dos movimentos populares, conjuntamente estudarmos soluções para o exercício pleno dos direitos sociais através da implementação de novas políticas públicas de combate à pobreza e à miséria. Ramonet diz:

A liberdade da mídia não passa de uma extensão da liberdade coletiva de expressão, um dos fundamentos da democracia. Enquanto tal, não pode ser confiscada por um grupo de poderosos. Além do mais, ela implica uma “responsabilidade social” e, conseqüentemente, seu exercício deve permanecer, em última instância, sob o controle responsável da sociedade (RAMONET, 2003:35).

Observando o contexto do setor de comunicação verifica-se facilmente que a população carente não tem vez nem voz e que os poderosos usam a mídia para tratar de seus interesses e dos interesses dos grupos hegemônicos que podem pagar, em detrimento do direito constitucional à liberdade de expressão e de pensamento dos menos favorecidos.

Verifica-se ainda que a maioria da população nem mesmo conhece seus direitos mais fundamentais previstos constitucionalmente e por isso são atropelados pelos poderosos. RAMOS afirma que a elite empresarial não entende que a comunicação é um direito que vai além do simples ato de dar e receber informação:

Entendemos que torna-se imperativo retomar o debate sobre o direito à comunicação enquanto um novo direito humano fundamental. Um direito social de “quarta geração”, aquele, quem sabe, mais adequado para amparar, nas sociedades da informação e da comunicação, nossas inesgotáveis expectativas de avanço crescente da democracia da igualdade em todo o mundo RAMOS (2005:247).

Se as camadas populares não têm acesso à comunicação fica difícil a reivindicação de direitos. SANTOS (2006 p.3) em entrevista concedida ao “Fazendo Média” afirmou que:

A mídia no Brasil representa a expressão da visão de mundo e posições políticas dos grupos de poder hegemônicos (grifo nosso). É o novo intelectual coletivo e orgânico das estruturas e blocos de poder, que apaga a perspectiva das classes subalternas, criminaliza os movimentos sociais e passa valores, ideologias e pensamentos contrários ao povo brasileiros e às mudanças sociais necessárias.

Em sua entrevista afirma que o MST para conseguir dialogar com a sociedade teve que criar seus próprios meios de comunicação (Jornal Sem Terra, Revista Sem Terra, Jornal Brasil de Fato) já que a mídia hegemônica é ligada aos grandes grupos privados do capital nacional e estrangeiro que não admitem movimentos sociais que questionem o modelo econômico e as injustiças sociais. Todavia a dificuldade para manter essas publicações é imensa e impossível criar novos veículos de comunicação pela falta de recursos.

Assim a liberdade de expressão dos menos favorecidos fica prejudicada, a classe dominante tem sempre oportunidade de convencer os mais necessitados de que estão fazendo o melhor para eles. “O Brasil precisa constituir um sistema público de mídia no país, que cria uma alternativa à mídia dos grandes grupos que não querem as transformações do país” (SANTOS, 2006).

Entendemos que a mídia, com seu poder de formar opinião, é um importante sujeito na formulação e divulgação das políticas públicas, na divulgação do processo de formação da agenda para que a sociedade civil possa participar e intervir na formulação de políticas públicas de seu interesse. Como não são todas as demandas que entram para a agenda, a visibilidade dada pela mídia ao problema facilitará a inclusão na pauta e chamará a atenção dos detentores do poder.

Gohn (1995) ao analisar o crescimento das ONGs na década de 1990 verificou que as que mais cresceram foram as que ganharam apoio da opinião pública. Esta visibilidade do problema pela mídia, este realce, este chamamento de atenção dos atores públicos e privados é importante e facilita a entrada na agenda. Kingdon (1995) afirma que o processo de prestar atenção a um problema mais que a outro, é central na formação da agenda.

Como a mídia tem um grande poder de informação ela será sempre uma importante aliada no processo de formulação e divulgação de políticas públicas, bem como em todo o ciclo das políticas públicas. Apesar disto, afirma a literatura existente sobre o assunto, que são ainda muito poucos os estudos existentes sobre a influência da mídia no processo de políticas públicas.

PENTEADO e FORTUNATO com base em Celina Souza (2006) apontam que:

o ressurgimento da importância das políticas públicas como campo de conhecimento nas últimas duas décadas está relacionado a dois fatores: (1) adoção de políticas restritivas de gastos, que limitaram o desenho (design) e a execução de políticas públicas; e (2) novas visões sobre o papel dos governos na condução de suas práticas políticas. Esses fatores ganham maior relevância a partir da maior visibilidade midiática do campo político, ampliando os espaços de cobertura jornalística para a ação estatal, principalmente em estados democráticos (PENTEADO & FORTUNATO, 2001:12).

Conforme se observa, a visibilidade dada pela mídia às questões sociais influencia o debate quanto à formulação de políticas públicas, mas não podemos afirmar que ela garanta a decisão de colocar o problema na agenda política.

Conforme afirma Rua:

Estabelecer que todas as questões, inclusive aquelas que ganham visibilidade através mídia, serão geradoras de ação para os formuladores de políticas públicas é, no mínimo, um pensamento ingênuo. Uma das explicações para isso é o fato de que no processo de decisão política existe uma variável denominada não-tomada de decisão (OIE, 2002) ou não-decisão (SEIBEL, s/d1; RUA, s/d).

Frey (2000) também discorre sobre o assunto e afirma que a participação da mídia no ciclo das políticas públicas é importante uma vez que acaba por contribuir diretamente na relevância política de um problema.

3 | CONCLUSÃO

Entendemos que a mídia, com seu poder de formar opinião, é um importante sujeito na formulação e divulgação das políticas públicas, na divulgação do processo de formação da agenda para que a sociedade civil possa participar e intervir na formulação de políticas públicas de seu interesse. Como não são todas as demandas que entram para a agenda, a visibilidade dada pela mídia ao problema facilitará a

inclusão na pauta e chamará a atenção dos detentores do poder.

A opinião dos diversos estudiosos do assunto expostas até agora divergem quanto ao real poder da mídia em influenciar a colocação e implementação de determinadas questões sociais na agenda governamental. Todavia ninguém nega que a mídia é uma arena de debate que serve para dar maior visibilidade aos problemas, chamando a atenção da opinião pública para as questões sociais que afligem a sociedade.

Embora a mídia não atue diretamente na formação da agenda os canais de comunicação são formadores de opinião, pois aumentam as percepções da população e das autoridades constituídas sobre os problemas existentes.

A mídia funciona também como instrumento de pressão para que o governo tome as decisões necessárias às soluções das questões, mas para isso é necessário que o meio de comunicação tenha credibilidade e poder de persuasão caso contrário o assunto cai na vala comum. "O que é relatado, como é relatado, quem relata e o caráter do meio de comunicação, tudo isso tem implicações para a mensagem da mídia para o público" (HOWLETT, 2000:175).

Assim como a mídia influencia, ela também pode ser influenciada, pelos sujeitos interessados em políticas públicas de inclusão social, fazendo-se necessário que os movimentos sociais tomando consciência disso, utilizem estratégias de ação direcionadas à utilização da mídia como parceiros na luta pela transformação de problemas em questões sociais formadoras da agenda governamental.

Os políticos e os partidos políticos são também importantes parceiros na proposição de políticas públicas nos órgãos legislativos federal, estadual ou municipal, principalmente no período eleitoral. Os movimentos sociais devem saber tirar proveito disto sem esquecer que eles estão mais preocupados com as demandas sociais do que com as reais necessidades da população. Por isto, quanto maior for a pressão dos grupos sociais, para a inclusão de um determinado problema na agenda governamental, maior será o esforço destes parceiros que querem estar de bem com a população e aparecerem bem na mídia.

Observamos que a mídia pouco se envolve na luta pelos direitos sociais da sociedade. Assim, há a necessidade de implantação, pelo Estado de novos instrumentos midiáticos públicos que garantam a publicidade e o acesso dos sujeitos das políticas públicas para uma discussão política entre sociedade e detentores do poder, com o único objetivo de garantir o direito à comunicação e à informação aos cidadãos e que as decisões sejam tomadas levando em conta o bem comum e a correção das distorções que firam a nossa cidadania.

O Estado enquanto principal responsável pela formulação de políticas públicas precisa compreender a importância da contribuição que a mídia pode oferecer na formulação e divulgação das políticas públicas e investir mais em instrumentos de comunicação (televisão, internet, rádios comunitárias, etc,...) que possam contribuir para esclarecer e informar as comunidades mais longínquas e carentes quanto aos seus direitos.

REFERÊNCIAS

- FREY, K. **Políticas Públicas:** um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Revista Planejamento e Políticas Públicas. Brasília. n. 20, p.211-259, jun./2000.
- GOHN, M. G. **Cidades, ONGs e ações coletivas.** São Paulo em perspectiva. São Paulo. v.9, n. 2, p. 33-44, abr./jun/ 1995.
- GOMES, A. G. **Benefício de prestação continuada:** uma trajetória de retrocessos e limites – construindo possibilidades de avanços. SPOSATI, A. (org) Proteção social de cidadania. Inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- HOWLETT, Michael. **A dialética da opinião pública:** efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. Opin. Publica vol.6 no.2 Campinas Oct. 2000.
- KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives and public policies.** New York: Longman, 1995.
- PENTEADO, Claudio Luís de Camargo e FORTUNATO, Ivan. **Influência da mídia em políticas públicas:** um campo exploratório.IV Encontro da Cosmopolítica. Universidade do Estado do Rio de Janeiro 13 a 15.04.2011 <http://www.cosmopolitica.org>.
- RAMONET, Ignácio. **O quinto poder.** Le monde diplomatique, Paris, 2003.
- RAMOS, M. C. **Comunicação, direitos sociais e políticas públicas.** In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação . São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005
- RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas:** Conceitos Básicos. [s/d]. disponível em:<<http://www.ufba.br/~paulopen/AnalisedePoliticassPublicas.doc>>. Acesso em: 15 jun. 2011. p. 01-18.
- SANTOS, Marina dos. **Entrevista da Presidente do MST ao Fazendo Mídia** em 08.12.2006.
- SEIBEL, E. J. **Demandas sociais, políticas públicas e a definição da agenda pública. Santa Catarina:** Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciência Humanas. [s/d1]. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~mac/MR_demandassociais.htm>. Acesso em: 07 jun.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

